

# A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA REFÉM DA GUERRILHA DE SARKOZY CONTRA A ADESÃO DA TURQUIA

*Augusto Rogério Leitão*

**E**m Dezembro de 2004, os 25 estados-membros decidiram que as negociações com a Turquia teriam início em Outubro de 2005, num quadro de exigências e controlos apertados e «cujo resultado final não pode ser garantido previamente». É bem sabido que certos governos, ou melhor, certos dirigentes políticos nacionais, aceitaram a abertura das negociações porque convencidos de que a Turquia, mais cedo ou mais tarde, seria obrigada a abandoná-las, em razão da sua incapacidade (intrínseca ou estrutural?) em cumprir os critérios impostos pelo Conselho Europeu.

No entanto, antes da abertura das negociações, e em virtude do alargamento de 2004, foi necessário negociar um protocolo, entre a Comunidade Europeia e a Turquia, a anexar ao Acordo de Ancara, associando os dez novos estados-membros como partes da União Aduaneira, já institucionalizada desde 1996. A Turquia assinou esse protocolo no dia 1 de Julho de 2005, precisando contudo que tal assinatura não significava o reconhecimento da República de Chipre. O que levou o Conselho da União a reagir através de uma

declaração, de 21 de Setembro de 2005, em que lamentava a posição turca considerando-a «unilateral, e logo como não fazendo parte do protocolo, e sem efeito jurídico relativamente às obrigações que incumbem à Turquia». Acrescentava ainda que o não cumprimento «em relação a todos os estados-membros da União» teria necessariamente consequências no desenrolar das negociações para a adesão «que serão avaliadas nos finais de 2006».

Nesta primeira fase, as negociações para a adesão, que decorreram até finais de 2006, revelaram, efectivamente, um fraco dinamismo no que concerne à abertura dos 35 capítulos negociais<sup>1</sup>, consequência, em grande parte, da crise de legitimidade interna da União provocada pelos «não» dos referendos francês e holandês. Mas, igualmente, porque certos panoramas nacionais reforçaram a dinâmica depressiva desta mesma conjuntura: a França, refém do referendo, introduzido na sua Constituição pelo Presidente Chirac, para as novas adesões à União Europeia (UE) e de um ainda candidato a Presidente, Sarkozy, a defender abertamente o «não» à adesão da Turquia; a Ale-

manha, com a chanceler Angela Merkel e o seu partido a proporem uma «parceria privilegiada», em vez da adesão, para a Turquia; Chipre e a Áustria com insinuações e acções de guerrilha diplomática, etc.<sup>2</sup>

Por outro lado, a Comissão adoptaria, em Novembro de 2006, uma comunicação dirigida ao Conselho relativa às negociações com a Turquia, onde constatava alguns progressos, mas também a necessidade de este país levar ainda a cabo reformas fundamentais da sua organização política, social e económica. Contudo, a Comissão verificou que a Turquia continuava sem ratificar o protocolo de 2005 e a recusar abrir os seus portos e aeroportos ao comércio com a República (grega) de Chipre e, em consequência, propôs o congelamento das negociações relativamente a oito capítulos em conexão com a União Aduaneira. Apesar de certos países, como o Reino Unido, a Espanha, a Itália, Portugal, a Suécia, considerarem a sanção excessiva, o Conselho Europeu, de 11 de Dezembro de 2006, acabou por aprovar a proposta da Comissão<sup>3</sup>.

Resumidamente, podemos hoje afirmar que esta «suspensão parcial» das negociações acabou por permitir, tanto à UE, como à Turquia «ganhar tempo»: para a União resolver a sua chamada crise política e institucional cujo «termo» se explicitou na assinatura do Tratado de Lisboa<sup>4</sup>; para a Turquia poder enfrentar o seu calendário eleitoral que se anunciava tenso e se revelou, depois, de grande complexidade política.

Com efeito, o ano de 2007 foi para a Turquia de grandes preocupações políticas internas: boicote dos partidos da oposi-

ção na Grande Assembleia Nacional à eleição para Presidente da República de Abdullah Gul, membro do AKP e ministro dos Negócios Estrangeiros; boicote do Tribunal Constitucional a essa mesma eleição; ameaça de golpe de Estado por parte do chefe das Forças Armadas, general Buyukanit; adopção pelo Parlamento de uma reforma constitucional que modifica as instituições e prevê, especialmente, a realização de eleições legislativas de quatro em quatro anos, bem como a eleição de Presidente da República por sufrágio universal com um mandato de cinco anos renovável; boicote (veto político) do Presidente da República, Ahmet Sezer; convocação de eleições legislativas antecipadas (e de um referendo para aprovação da revisão constitucional) para o dia 22 de Julho de 2007... tendo, contudo, o AKP de Recep Erdogan conseguido gerir a crise e reforçado a sua legitimidade democrática.

Assim, o AKP vence as legislativas antecipadas com 47 por cento dos votos expressos nas urnas, permitindo-lhe uma representação no Parlamento na ordem dos 61 por cento, e Abdullah Gul é eleito Presidente da República, a 28 de Agosto de 2007. O Partido da Justiça e do Desenvolvimento passa a dominar o Governo e o Parlamento, mas também a Presidência da República encarregada de os controlar, permitindo-lhe, em princípio, reforçar a dinâmica de abertura política pela via da «europeização» do regime kemalista. Tal legitimidade democrática será ainda acrescida pelo referendo de 21 de Outubro passado, através do qual 70 por cento dos eleitores turcos ratificaram a reforma constitucional do AKP, em espe-

cial, as novas regras relativas à eleição do Presidente da República.

Mas a estabilidade interna continua fortemente dependente das forças militares kemalistas, e das elites ortodoxas instaladas à sua sombra, que continuam a defender um laicismo autoritário e nacionalista e que oporão certamente ainda forte resistência à próxima reforma constitucional fundamental visando submeter o governo das Forças Armadas ao poder civil. E uma das vias para tentar enfraquecer e desacreditar internamente o AKP e o seu primeiro-ministro Erdogan tem sido a «questão curda», que este último tem sabido gerir com grande ponderação<sup>5</sup> e a que as últimas eleições legislativas antecipadas pareceram ter aberto uma porta ao permitir ao Partido da Sociedade Democrática (DTP) eleger 20 deputados curdos<sup>6</sup>. Contudo, a partir de finais de Setembro último assistiu-se ao recrudescimento de acções terroristas do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) nas zonas fronteiriças com o Iraque, provocando a morte a algumas dezenas de soldados turcos. Perante tal situação e desafio, Recep Erdogan não podia deixar de apoiar o reforço dos dispositivos de segurança e de propor ao Parlamento que aprovasse uma autorização para as Forças Armadas turcas intervirem no Curdistão iraquiano, algo que as chefias militares vinham reclamando há meses.

O certo é que, entre Outubro e Novembro de 2007, a «questão curda» da Turquia rapidamente se transformou numa questão internacional de grande gravidade para o Médio Oriente, na medida em que facilmente se podia transformar na abertura

de uma nova frente da guerra no Iraque. No entanto, como é sabido, esta crise, e a própria intervenção militar turca no Curdistão iraquiano, tem vindo a ser gerida com grande equilíbrio, em certa medida inesperado, através de uma cooperação entre Erdogan e Talabani (actual Presidente do Iraque) e Barzani (chefe do Governo do Curdistão iraquiano), com o apoio muito atento dos EUA.

Trata-se, no entanto, de um «quebra-cabeças» (ou de uma «ratoeira», se preferirem) para Erdogan e para o processo de modernização política e económica do regime kemalista: por um lado, não será fácil, talvez mesmo impossível, resolver a questão do PKK através de uma invasão ou de incursões no Iraque, daí a necessidade de a Turquia se preparar para uma presença alerta e demorada das suas Forças Armadas no Curdistão; por outro, tal situação não pode ser o pretexto para os militares recuperarem o poder e o lugar que ocuparam até há uns anos atrás, num país que vive de maneira obsessiva a questão da sua integridade territorial<sup>7</sup>.

### **E AS NEGOCIAÇÕES COM VISTA À ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA?**

Antes de tudo, teremos de constatar uma falta de sensibilidade, de compreensão e de solidariedade, por parte da maioria dos governos dos estados-membros, em relação aos graves problemas internos da Turquia; e, também, de lembrar que, a partir de meados de 2007, quem vai dirigir a guerrilha diplomática, no seio da União, contra a hipótese de adesão da Turquia, será o novo Presidente da República francesa, Nicolas Sarkozy.

Com efeito, as negociações foram retomadas, no dia 26 de Junho, sob a presidência alemã. A chanceler Angela Merkel tinha proposto à Turquia e aos representantes dos estados-membros a abertura de três novos capítulos. Mas, à última da hora, a França de Sarkozy opôs-se à abertura do capítulo relativo à «política económica e monetária», sabendo que nesta matéria a Turquia teria muito poucas dificuldades em provar estar em condições para aderir à União.

Sarkozy explicitou a sua posição, já como Presidente da República francesa, do seguinte modo: «Não me esconderei atrás da exigência de um referendo para recusar a entrada da Turquia na UE» porque «considero que há que inventar um papel à medida da Turquia, grande potência mediterrânica, grande potência da Ásia Menor»; daí que «a ideia segundo a qual a única maneira de estabilizar a Turquia é a adesão à União, me pareça muito arrogante, muito colonialista»<sup>8/9</sup>. Acrescentando que a questão da adesão da Turquia e a das fronteiras serão os temas principais da União a partir do Conselho Europeu de Dezembro de 2007, propôs a criação de um Grupo de Sábios («grupo de reflexão independente») que elaborará um relatório sobre essas questões. Simultaneamente, vai falando sobre a necessidade da criação de uma «Union méditerranéenne» que incluiria a França e a Turquia, além de outros países europeus e do Norte de África; projecto esse até hoje muito vago e que tem sido encarado com muita desconfiança, quer por parte dos seus parceiros europeus, quer por parte dos outros países membros da «parceria euro-mediterrânica»<sup>10</sup>.

Assinalemos, também, que todo este activismo de Sarkozy resulta, em grande medida, do facto de ele considerar que o Tratado de Lisboa<sup>11</sup>

«resolve a crise institucional, mas não resolve a crise moral e política da Europa [...] não define a Europa do futuro e não oferece razões para aqueles que deixaram de acreditar na Europa nela retomem confiança [...] como poderá a Europa ser independente, ter influência política no mundo, ser um factor de paz e de equilíbrio se não é capaz de assegurar a sua própria defesa».

Para Sarkozy, a UE entra num novo período de reflexão à procura do seu desígnio e da sua configuração como potência *sui generis*<sup>12</sup>.

A Comissão, na sua comunicação de 6 de Novembro de 2007, constata que o último ano de negociações conheceu poucos progressos, adoptando, contudo, uma atitude de certa compreensão em relação à Turquia dados os problemas e as dinâmicas internas que teve (e tem) de enfrentar, mas insistindo na necessidade da realização de reformas fundamentais, em especial, nos domínios da organização política e das liberdades e direitos fundamentais da sociedade civil e das minorias étnicas e religiosas.

Entretanto, uma outra manifestação política da guerrilha de Sarkozy contra a adesão da Turquia teve lugar no Conselho de Assuntos Gerais, de 10 de Dezembro de 2007, que aprovou as conclusões sobre o alargamento, especialmente em relação à Turquia e à Croácia. A França exigiu, após

negociações laboriosas só concluídas a nível ministerial, que, contrariamente às conclusões precedentes, a expressão «conferências de adesão» fosse substituída pela de «conferências intergovernamentais», para sublinhar que este tipo de negociação não garante, nem determina, que a fase final seja a adesão à União.

Após esta vitória semântica, Sarkozy investiu, logo a seguir, o Conselho Europeu de Bruxelas, de 14 de Dezembro último, que simbolicamente encerrou a presidência portuguesa, com o seu projecto de constituição de um «Grupo de Sábios» para reflectir sobre os alargamentos e as fronteiras da UE, isto é, para encontrar uma forma «neutra» de afastar a hipótese de uma adesão da Turquia.

Tal objectivo, e então após a guerrilha semântica da França no Coreper e no Conselho, tornou-se de tal maneira evidente que obrigou os chefes de Estado e de Governo a esvaziá-lo, afastando claramente a questão das fronteiras, dos alargamentos e da adesão da Turquia da agenda do «Grupo de Reflexão»:

«O Grupo conduzirá a sua reflexão no quadro definido no Tratado de Lisboa. Não discutirá, por conseguinte, questões institucionais. Tendo em conta a sua natureza de longo prazo, não deverá tão-pouco a sua análise constituir uma avaliação das políticas em curso ou abordar o próximo quadro financeiro da União [...]»

O Grupo terá como missão «identificar as grandes questões e evoluções que a União deverá enfrentar e analisar o modo de lhes

dar resposta», tais como «o aumento da produtividade da UE, o desenvolvimento sustentável, a estabilidade mundial, as migrações, a energia e a protecção do clima, a criminalidade e o terrorismo internacionais [...]». E a única concessão a Sarkozy parece resultar do facto de o Conselho Europeu ter aceite *in fine* que a reflexão tenha também «em linha de conta os desenvolvimentos prováveis dentro e fora da Europa e analisar, em especial, o modo como a estabilidade e a prosperidade, tanto da União, como da região mais alargada, melhor poderão ser asseguradas a longo prazo»<sup>13</sup>.

Será só após esta *mise en scène à la Sarkozy*, que os Vinte e Sete puderam decidir, no dia 19 de Dezembro último, ainda sob a presidência do ministro dos Negócios Estrangeiros português – desempenhando muito bem, como sempre, a função de *chairman* – a abertura da nova fase das negociações com a Turquia em relação a dois novos capítulos, elevando-se, assim, para cinco as áreas em discussão desde o arranque formal das negociações, em Outubro de 2005, continuando, contudo, congelados os oito capítulos relacionados com a União Aduaneira.

Como é sabido, Portugal faz parte do grupo de países com uma política clara (mesmo que por vezes pouco declarada) de apoio à adesão da Turquia. O secretário de Estado para os Assuntos Europeus, Manuel Lobo Antunes, identificou a adesão da Turquia à UE como um «objectivo estratégico»<sup>14</sup>. E o primeiro-ministro português José Sócrates fez saber isso mesmo ao presidente do Parlamento turco, Bülent Arénc, reafirmando o apoio de Portugal à

adesão turca: «Nós somos leais nesta matéria e queremos que a Turquia se torne membro da União Europeia, depois de ter superado todos os requisitos.»<sup>15</sup>

Mas, na verdade, tal como Jean-Luc Dehaene exclamou, durante os trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa: «Na

União Europeia, a igualdade dos estados não existe». E, de facto, nunca existiu, acrescentamos nós, porque os estados mais fortes acabam quase sempre por determinar o sentido ou a falta de sentido da construção europeia... **RI**

**BORDÉUS, 22 DE JANEIRO DE 2008**

## NOTAS

**1** No fundo, não se trata de verdadeiras negociações uma vez que a Turquia (ou qualquer Estado candidato) não pode negociar o «acervo comunitário», que lhe é imposto.

**2** LEITÃO, Augusto Rogério, e BARRINHA, André – «A União Europeia e a Turquia: ambiguidades e indefinições para a presidência portuguesa». In *Relações Internacionais*. N.º 14, Junho de 2007, pp. 131 e segs.

**3** A adesão de Chipre à União Europeia foi considerada sob o ponto de vista jurídico-político como englobando todo o território da ilha (protocolo n.º 10 do Tratado de Adesão de 2003); contudo, a aplicação do «acervo comunitário» ficou suspensa nas zonas «cipriotas turcas» até se realizar a reunificação. Tal suspensão do acervo não se aplica aos direitos individuais dos cipriotas turcos considerados cidadãos da República de Chipre e logo cidadãos da União Europeia.

**4** «É uma vitória da Europa. Com este tratado, estamos em condições de sair do impasse», exclamou o primeiro-ministro português, José Sócrates.

**5** Cf. USLU, Emrullah – «Turkey's Kurdish problem: steps toward a solution». In *Studies in Conflict & Terrorism*. 30, 2007, pp. 157 a 172.

**6** Cf. o excelente artigo de KADRITZE, Niels – «La société turque entre l'armée et les islamistes». In *Le Monde diplomatique*. Janeiro de 2008, pp. 11 e segs.

**7** Cf. RODRIGUES, Alexandre Reis – «As ambições estratégicas da Turquia e o PKK». [www.jornaldefesa.com.pt/opiniao](http://www.jornaldefesa.com.pt/opiniao) de 15 de Novembro de 2007.

**8** Tal ideia ou argumento deveria ter sido afirmada em 1959 quando a Turquia solicitou a sua associação à CEE e seguramente não teria sido humilhante. Tal como disse Hubert Védrine, desse modo «les européens n'auraient pas eu, quarante ans plus tard, à invoquer des arguments contestables, culturels ou religieux, pour retarder l'heure de la vérité» [*Le Monde*, 6 de Dezembro de 2002].

**9** *Le Monde*, 26 de Outubro de 2007.

**10** Em primeira análise, parece tratar-se da constatação do falhanço da parceria euro-mediterrânica [Processo de Barcelona, iniciado em 1995]. Contudo, Sarkozy, ao propor a constituição de um espaço euro-medi-

terrâneo mais reduzido (do lado europeu: França, Espanha, Itália, Grécia, Portugal, Chipre e Malta; e da margem sul do Mediterrâneo: os países do Magrebe, Egipto, Turquia e, numa fase posterior, Líbano e Israel) e com uma forte dimensão político-institucional, pretende, por um lado, configurar para a Turquia uma alternativa à adesão e, por outro, perante a perda de peso político da França nesta União a Vinte e Sete, revitalizar a política externa francesa relativamente a espaços de projecção e de protecção tradicionais. Ao mesmo tempo, Sarkozy tenta contrabalançar, também, o empenho da Alemanha em reforçar a Política de Vizinhaça (PEV) com os países da Europa de Leste e do Sul do Cáucaso («Associação para a modernização» de Ângela Merkel).

**11** Na realidade, o Tratado de Lisboa, ou melhor, a revisão que este acto consagra, caracteriza-se pela adopção do essencial das reformas político-institucionais consagradas no Tratado Constitucional (= *un nouveau maquillage*) e quanto ao resto traduz-se na expressão de vários *opting out* e de muitas reservas, cautelas e precauções que revelam o pouco entusiasmo europeu presente nestas negociações que patenteou uma Europa anémica e sem ambições políticas. O Tratado de Lisboa só foi possível graças às importantes concessões feitas ao Governo britânico («as linhas vermelhas») e a outros governos mais eurocéticos, tais como o polaco, mas não só. Tanto o texto do Tratado da União Europeia, como o do Tratado sobre o Funcionamento da União, terão de ser lidos, interpretados e aplicados à luz dos imensos protocolos e declarações, anexados aos tratados, que estabelecem, sobretudo, «garantias nacionais» a certos governos e impedem, de modo firme e preciso, que a União se imiscua nas competências nacionais e tente alargar as suas competências, mesmo que resultantes de efeitos colaterais da integração. A União Europeia configura-se, assim, no Tratado de Lisboa, como um «Gulliver amarrado pelos Liliputianos que impedem, com medo do desconhecido, que ele se levante» [cf. ZILLER, Jacques – *Il Nuovo Trattato Europeo*. Bolonha: Il Mulino, 2007]. No fundo, superar a crise significou, antes de tudo, ultrapassar a «crise de legitimidade política» desencadeada pelos «não» francês e holandês. Mas será este o método que permitirá colmatar o vazio de legitimidade que ressentem os povos europeus? Desde logo, porque se tratou de um método que pretendeu fundamentalmente justificar a não

convocação de referendos pela maioria dos governos europeus. Tememos, pois, que o divórcio entre os povos europeus e a construção europeia irá agravar-se ainda mais, não podendo nós arrear a hipótese de que até às eleições europeias, de Junho de 2009, os dirigentes políticos venham a ser confrontados com algum ou alguns sobressaltos no âmbito dos processos nacionais de ratificação.

**12** Cf., desenvolvimentos desta questão, LEITÃO, Augusto Rogério – «A crise existencial da União Europeia: entre revisões, alargamentos, fronteiras e o futuro», estudo a ser publicado no próximo número da revista *Estratégia*, do IEEI.

**13** Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Bruxelas, de 14 de Dezembro de 2007, pp. 2 e 3. O Grupo de Reflexão será presidido por Felipe González, assistido por dois vice-presidentes, Vaira Vike-Freiberga e Jorma Öllila, e os outros nove membros serão aprovados durante a presidência francesa. O grupo apresentará o seu relatório à reunião do Conselho Europeu de Junho de 2010.

**14** *Diário Digital*, 30 de Novembro de 2006.

**15** *Notícias da Turquia*, [www.noticiasdaturquia.blogspot.com](http://www.noticiasdaturquia.blogspot.com), de 2 de Abril de 2007. Acrescentemos ainda que no 1.º Fórum da Aliança das Civilizações da ONU, que teve lugar em Madrid, a 16 de Janeiro de 2008, e cuja 2.ª edição está prevista para Istambul em 2009, o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdoğan, afirmou, com o apoio de Zapatero, primeiro-ministro espanhol, que a integração do mundo islâmico na União Europeia, através da adesão da Turquia, aproximará o Oriente e o Ocidente, e permitirá avançar na agenda multilateral para garantir a paz e a estabilidade nos países da região. O primeiro-ministro turco pediu ainda o fim dos preconceitos existentes quanto à adesão da Turquia à União, solicitando a Bruxelas que lhe explicasse as razões «científicas» que impedem uma tal adesão, já que, na sua opinião, há países, como Chipre, que não cumprem os requisitos mínimos e já foram admitidos. Neste sentido, afirmou que em Maio próximo se reunirá na Alemanha com a chanceler alemã, Angela Merkel, e com o Presidente francês, Nicolas Sarkozy, com o objectivo de abordar as respectivas posições que mantêm em relação à entrada da Turquia na UE. Cf. [www.noticiasdaturquia.blogspot.com](http://www.noticiasdaturquia.blogspot.com) de 17 de Janeiro de 2008.